

Evidenciando os resultados da produção científica nacional sobre educação financeira: uma revisão sistemática da literatura

BRUNA SANTOS DE MEDEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

HENRIQUE GERALDO RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

ARACY ALVES DE ARAUJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

EVIDENCIANDO OS RESULTADOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

1 INTRODUÇÃO

O crescimento do mercado financeiro, no Brasil, impulsionou o fácil acesso ao crédito, prazos extensos dos serviços financeiros, estímulo ao consumo de bens e serviços, o que contribuiu para o endividamento e à inadimplência das pessoas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Nesse contexto, a educação financeira tem sido apontada, em especial, pelo governo brasileiro, como o meio pelo qual os indivíduos podem capacitar-se em relação ao gerenciamento de suas finanças pessoais (Organisation For Economic Co-Operation And Development [OECD], 2018).

A OECD (2013) conceitua a educação financeira como um ensino que gera conhecimento, habilidade e consciência para fazer escolhas assertivas que resultam no bem-estar financeiro. Nessa linha, as pessoas se sentem mais incluídas na comunidade e são ativas no ramo financeiro, pela motivação de buscarem mais conhecimento que possa ser aplicado no cotidiano (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007), uma vez que “[...] a educação financeira tem múltiplos benefícios para melhorar bem-estar financeiro, como facilitar a aquisição de conhecimento, aumentando a confiança em conhecimento e habilidade, e encorajando a tomada de ação” (XIAO; PORTO, 2017, p. 813).

Considera-se que a falta de orientação sobre o orçamento individual ou familiar pode afetar negativamente a vida das pessoas, na forma de despesas acima das receitas, ausência de uma reserva financeira de emergência e direcionamento do salário pode apenas para o custeio de gastos (MOREIRA; CARVALHO, 2013). A educação financeira, de outro lado, instrui as pessoas para tomarem melhores decisões financeiras, o que leva ao melhor gerenciamento dos recursos financeiros, além de propiciar mudanças e melhorias, que são facilitadores para a compreensão do processo ideal de gestão financeira pessoal e alcance de equilíbrio financeiro (XIAO; O’NEILL, 2016). Evidencia-se que, quando expostas à educação financeira desde jovens, as pessoas podem ser capazes de prevenir o descontrole financeiro, na fase adulta, por meio do uso do crédito de forma consciente e, desse modo, evitar dívidas e gerar economias no longo prazo (KAISER; MENKHOFF, 2019; URBAN; SCHMEISER; COLLINS; BROWN, 2018).

Nos últimos dez anos, a educação financeira tem ganhado relevância no Brasil, com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída como política de Estado de caráter permanente (BRASIL, 2020). A plataforma digital da ENEF, chamada Vida e Dinheiro, propõe-se a disponibilizar diversos recursos voltados ao fomento da capacitação em educação financeira, como livros para escolas de educação infanto-juvenil, e cursos e materiais audiovisuais direcionados às pessoas adultas. Também, por meio da ENEF, têm sido realizadas ações como eventos nacionais voltados à educação financeira e a instituição de polos para a capacitação de professores.

Não obstante, o comportamento de educação financeira trata-se de um aprendizado em construção, no País, e que possui, ainda, diversas barreiras a serem superadas. Muitas pessoas não têm conhecimento sobre a educação financeira ou não têm a percepção de que se trata de algo relevante, pois a cultura de planejar para o curto prazo ou não conseguir poupar está enraizada nos hábitos de grande parte da população, devido ao histórico inflacionário do Brasil em relação ao mercado financeiro e pela ausência de informações sobre como gerenciar o orçamento individual ou familiar (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Nessa perspectiva, teve-se como pergunta de pesquisa a seguinte questão: o que se sabe sobre o desenvolvimento da educação financeira, no Brasil, a partir dos estudos empíricos nacionais sobre o tema? Assim, objetivou, por meio deste estudo, realizar a revisão sistemática

da literatura nacional sobre educação financeira, com a finalidade de colocar em evidência os principais resultados gerados pelos estudos. Para tanto, considerou-se, como *corpus* da pesquisa, trabalhos publicados em periódicos classificados nos estratos Qualis Periódicos A1, A2, B1 e B2, no período de 2000 a outubro de 2020.

Na sequência, este trabalho está organizado da seguinte maneira: na fundamentação teórica, é feita a discussão sobre os elementos teóricos relativos à educação financeira; posteriormente, nos procedimentos metodológicos, descrevem-se as etapas cumpridas para a revisão da literatura; na sequência, é feita a discussão dos resultados; por fim, fazem-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação financeira

A educação financeira tem por finalidade orientar as pessoas a gerir, orçar, acumular e investir seus ganhos financeiros (OECD, 2005), além de auxiliar na escolha de produtos e serviços financeiros (PEREIRA, CAVALCANTE; CROCCO, 2019). De acordo com a OECD (2013, p. 11), a educação financeira pode ser definida como:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Como se observa, no âmbito da educação financeira é abordado o planejamento financeiro, que Paiva (2013, p. 21) conceitua como:

Um plano para se chegar à condição financeira desejada, não somente material, mas também pessoal e profissional. Ou ainda, como o processo de gerenciar o dinheiro, de controlar a situação financeira, visando atingir ou permitir a satisfação pessoal para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida.

O planejamento financeiro tem sido considerado imprescindível para as pessoas nos últimos anos, pois se compreender que a organização da vida financeira resulta em melhor domínio sobre a renda salarial, mais discernimento nas decisões e melhor uso do ganho financeiro (CERBASI, 2015). A educação financeira mostra-se relevante, mesmo, às pessoas que acreditam possuir uma vida financeira em equilíbrio, embora não costumem agir com discernimento no planejamento financeiro:

Quanto mais você aperfeiçoar sua organização financeira, menos dúvida terá na hora de fazer escolhas de consumo, investimento e realizações pessoais, e mais eficientes serão essas opções. Além disso, quanto mais você exercitar sua organização financeira, mais disciplinado será o seu dia a dia e, com isso, mais organização você terá em outros aspectos da vida (CERBASI, 2015, p. 13).

Nos anos 1990, no Brasil, passou-se por uma transição para a adesão ao neoliberalismo e, neste processo, houve várias transformações devido à inserção da globalização, nos âmbitos tecnológico, educacional, financeiro e produtivo. Diante desse cenário, o Estado se reestruturou em relação ao fornecimento de produtos, serviços e segurança nos contextos sociais e regulatórios. Outro fator que impulsionou essa nova estrutura foi a implementação do Plano Real, que estabilizou a moeda e concedeu o equilíbrio da inflação. No entanto, no período da

hiperinflação o consumo era imediato, a população estava acostumada com a tomada de decisões financeiras a curto prazo pela incerteza das variações de preços, não estavam educadas para o planejamento financeiro a longo prazo (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1124) mencionam que “com a estabilidade, invertem-se as premissas e os prazos são ampliados progressivamente. Os ativos financeiros são valorizados em relação à imóveis, terras e outros bens reais [...]”. Essa mudança passa por um processo extenso de aprendizagem pelas pessoas sobre o novo modelo de controle das próprias finanças. A partir disso, as decisões de consumo começam a ser modificadas e surge como obstáculo a compreensão sobre o planejamento no longo prazo para poupar, adquirir bens, buscar informações sobre as diversas opções de crédito e saber usar a tecnologia para transações financeiras.

Ainda segundo Savoia, Saito e Santana (2007), o governo facilitou o acesso ao crédito para estimular o consumo de produtos e serviços, a fim de elevar a produção para fomentar o crescimento econômico. Porém, somente a população na aquisição de bens e serviços não é o suficiente para incentivar o crescimento econômico. Desse modo, a falta de orientação, para as pessoas, sobre o gerenciamento das finanças pessoais, acarretou em famílias endividadas e inadimplentes, o que desfavoreceu a economia.

De acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito ([SPC], 2016, p. 2), o endividamento refere-se aos valores financeiros que precisam ser quitados, independente se ainda estão dentro do prazo de pagamento ou não:

[...] assim como todas as contas em atraso, as parcelas ainda não vencidas de qualquer aquisição constituem, também, dívidas assumidas pelo consumidor. O risco de desconsiderar as compras parceladas como parte do endividamento é justamente exagerar no consumo de longo prazo, fazendo uma série de dívidas que em pouco tempo podem levar o consumidor ao desastre nas finanças pessoais e à consequente inadimplência.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo ([FECOMERCIO], 2014) relata que o endividamento familiar está relacionado com as despesas de consumo, com o intuito de sustentar a mesma estimativa de gasto mensal, provocando o acúmulo descontrolado das dívidas. O Brasil não é um país que investe e incentiva a capacitação financeira da população, mas se identificam organizações – órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia – que orientam os usuários e clientes em relação a como buscar uma vida financeira em equilíbrio (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Somente a partir de 2010 que o governo brasileiro identificou e tem discutido sobre a importância da educação financeira como política pública, e em 2010 implantou a ENEF, com o auxílio da OECD, com o intuito de propagar a educação financeira e a segurança nacional, proporcionar a capacitação financeira para decisões conscientes, e melhoria significativa no mercado financeiro (OECD, 2018). A Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) decretou em 2017, com o apoio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que a Educação Financeira deve ser incluída na grade curricular das escolas do Brasil, com a inserção obrigatória em uma disciplina acadêmica, a partir de 2020 (BRASIL, 2020).

Com isso, acredita-se que, nos últimos anos, o tema da educação financeira esteja sendo mais buscado pelas pessoas, pois se verificam o aumento da busca por capacitação no assunto e da quantidade de investidores na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) – apenas em junho de 2020, as transações de pessoas físicas somaram mais de R\$ 348 bilhões (B3, 2020). De acordo com o estudo realizado por Savoia, Saito e Santana (2007), apesar da educação financeira no Brasil estar em desenvolvimento, o seu grau de estruturação ainda é baixo em comparação com

os Estados Unidos e o Reino Unido, pois, nesses países, o tema possui forte engajamento por parte de diversas instituições.

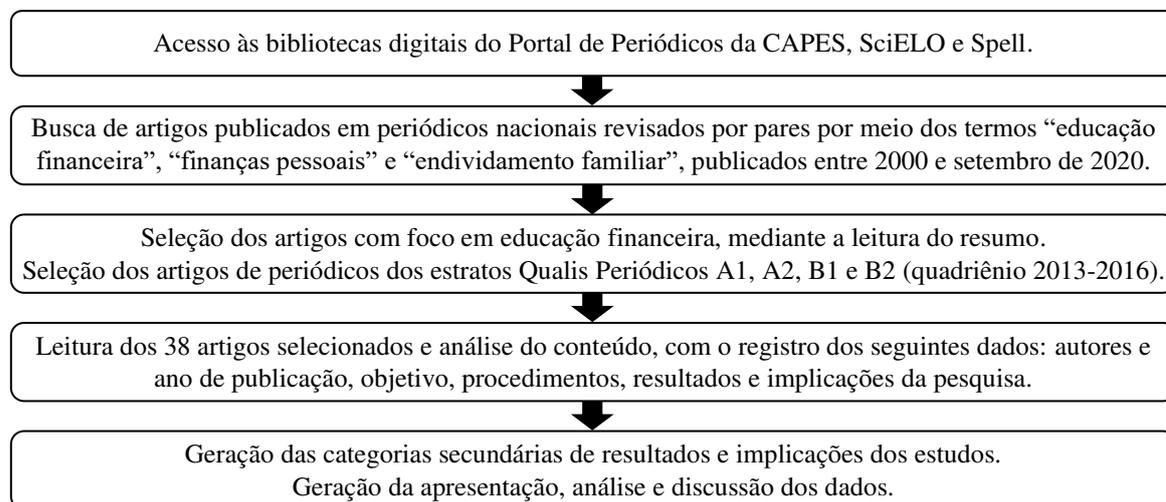
Savoia, Saito e Santana (2007) enfatizam que a fase da hiperinflação que os brasileiros vivenciaram, prejudicou na habilitação da gestão financeira de longo prazo mesmo após a inserção do Plano Real. Apesar da diversidade de bens e serviços financeiros que surgiram no decorrer dos anos e os indivíduos foram adquirindo conhecimento sobre eles, a educação financeira não foi implementada no país de forma oficial. Apenas em 2020 que será inserida na grade escolar como obrigatoriedade (BRASIL, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é classificado como uma revisão sistemática da literatura, conforme o entendimento proposto por Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167), qual seja o de que os estudos de revisão buscam “[...] examinar as contribuições das pesquisas, na perspectiva da definição da área, do campo e das disciplinas que o constituem, avaliação do acumulado da área, apontando as necessidades de melhoria do estatuto teórico metodológico, e mesmo as tendências de investigação”.

Na Figura 1, são descritas as etapas cumpridas para a geração do *corpus* de textos da pesquisa, formado por artigos nacionais sobre educação financeira. A busca dos trabalhos, realizada no mês de outubro de 2020, deu-se por meio das bibliotecas digitais do Portal de Periódicos da CAPES, da *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Após a eliminação dos trabalhos repetidos, como critério de inclusão dos trabalhos que retornaram da busca, selecionaram apenas os artigos publicados em periódicos classificados nos estratos Qualis Periódicos A1, A2, B1 e B2, conforme classificação do quadriênio 2013-2016, da CAPES (2014), o que resultou na seleção final de 38 artigos.

Figura 1: Etapas da pesquisa



Fonte: elaboração própria.

Na etapa de análise do *corpus* de textos da pesquisa, cada artigo foi examinado com o intuito de registrarem-se, em uma matriz de análise de conteúdo, os seus resultados que fossem atinentes à educação financeira, bem como as contribuições ou implicações geradas e sugestões encaminhadas pelos autores. Na sequência, com base na matriz de análise de conteúdo, buscou-se identificar as categorias temáticas presentes, por meio da leitura e agrupamento das unidades de texto (frases ou parágrafos, extraídos dos artigos).

Desse processo, emergiram quatro categorias temáticas de resultados gerados pelos estudos: os efeitos de aprendizados relativos à educação financeira, os efeitos da ausência de aprendizados relativos à educação financeira, a relação entre educação financeira e variáveis sociodemográficas, e críticas em relação à educação financeira e ao modelo de implementação. Em relação às contribuições ou implicações geradas e sugestões encaminhadas pelos autores, identificaram as seguintes categorias: formas de aprimoramento da implementação do plano nacional de educação financeiras nas escolas e universidades; ações para disseminação da educação financeira dentre os seus públicos-alvo; recomendações quanto ao papel dos departamentos de recursos humanos, das organizações do trabalho, na disseminação da educação financeira aos seus empregados; e políticas públicas voltadas à educação financeira.

Na sequência, a discussão dos resultados é guiada por tais categorias temáticas.

4 DISCUSSÃO

A discussão dos resultados está estruturada em torno de duas seções. A primeira, abrange as categorias temáticas relativas aos resultados gerados pelos estudos; a segunda, contempla as categorias relacionadas às contribuições ou implicações geradas e sugestões encaminhadas pelos autores.

4.1 Resultados gerados pelos estudos sobre educação financeira, no Brasil

Nesta seção, discute-se cada uma das categorias de resultados gerados pelos estudos, quais sejam os efeitos de aprendizados relativos à educação financeira, os efeitos da ausência de aprendizados relativos à educação financeira, a relação entre educação financeira e variáveis sociodemográficas, e críticas em relação à educação financeira e ao seu modelo de implementação.

Os efeitos de aprendizados relativos à educação financeira

A partir da revisão da literatura existente, identificam-se resultados que indicam que estudantes de cursos superiores e de cursos de pós-graduação *lato sensu* que estudam disciplinas relacionadas a finanças, economia e matemática têm mais conhecimento sobre educação financeira (ANDRADE; LUCENA, 2018; DIETRICH; BRAIDO, 2016; SANTOS; GARCIA; FAIA; SANTOS, 2019). Estudos com servidores federais de uma instituição de ensino superior e mulheres idosas com baixa escolaridade, também, evidenciam que as capacitações em educação financeira foram eficazes, pois nos relatos citam que adquiriram novos costumes, como anotar os gastos e fazer controle financeiro, e compreenderam alguns termos financeiros (CARRARO; MEROLA, 2018; BUAES, 2015).

Oliveira e Santana (2019), verificaram que cursos sobre educação financeira, no âmbito das organizações do trabalho, podem proporcionar mudanças significativas na vida das pessoas, pois melhora o conhecimento no gerenciamento financeiro pessoal, indicando que “[...] os funcionários que tiveram maior participação no programa de educação financeira apresentam maiores níveis de alfabetização financeira e maior percepção da ajuda que o programa promove na gestão de suas finanças pessoais” (OLIVEIRA; SANTANA, 2019, p. 145). Adicionalmente, julga-se que as organizações que investem em programas de educação financeira para os empregados obtêm retorno positivo por meio do aumento do bem-estar financeiro e consequente melhoria da qualidade de vida das pessoas, mediante o desenvolvimento de comportamentos voltados ao planejamento financeiro pessoal (OLIVEIRA; SANTANA, 2019).

Em consonância com Costa e Miranda (2013), que verificaram que indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a poupar mais, outros estudos (CONTO; FALEIRO; FÜHR; KRONBAUER, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016; FLORES, VIEIRA; CORONEL, 2013; MEDEIROS; LOPES, 2014; MINELLA; BERTOSSO; PAULI; CORTE, 2017; SILVA

et al., 2017), realizados com públicos diversos – como estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares, alunos de cursos superiores e de pós-graduação lato sensu, e servidores públicos – mostram que, com um nível médio de conhecimento da educação financeira, os indivíduos conseguem elaborar um controle financeiro adequado, conforme recomendações da OECD (2005), de gerir e orçar a renda mensal. Porém, parte deles tem dificuldade para realizar ações voltadas ao ganho financeiro, ou seja, acumular e investir (OECD, 2005).

Tendo em vista que a educação financeira seja considerada antecedente de comportamentos mais conscientes em relação às decisões financeiras, observou-se que os estudos encontrados propõem estratégias, ferramentas e programas para a promoção do ensino e da aprendizagem de conceitos e produtos financeiros, voltados para públicos diversos como microempreendedores de baixa renda e estudantes do ensino médio (BIROCHI; POZZEBON, 2016; GROENWALD; OLGIN, 2018; VIEIRA; JUNIOR; PROTICH, 2019).

Os efeitos da ausência de aprendizados relativos à educação financeira

Pelos resultados das pesquisas examinadas, verifica-se a relevância atribuída à educação financeira, mesmo entre estudantes de cursos superiores que possuem baixo nível de conhecimento financeiro, mas que destacam a necessidade desse conhecimento para a “[...] gestão das finanças pessoal e o orçamento doméstico” (ANDRADE; LUCENA, 2018, p. 115). Já servidores federais de instituição de ensino superior relatam a premência de refletir-se sobre as necessidades e condição financeira atuais, e fazer “pesquisas de preço” antes da efetivação de uma compra, além de concordarem ser crucial ter-se o acompanhamento individual e coletivo por profissionais da área, para auxiliar no planejamento financeiro (CARRARO; MEROLA, 2018).

Nessa linha, dentre os resultados em relação aos efeitos da ausência de educação financeira, sobressai-se o endividamento, como se observa a partir de estudos com pessoas endividadas e/ou inadimplentes, e universitários (CAMPARA; VIEIRA; COSTA; FRAGA, 2016; FIGUEIRA; PEREIRA, 2014). O endividamento ocorre por diversos fatores, como a má gestão dos recursos financeiros; gastos excessivos; empréstimo do nome para uma pessoa que já está endividada e/ou inadimplente; passam a ter dívidas devido às relações dadas - que têm como principais causas os problemas oriundos do divórcio, “mudança de cidade, doença” e, para manter esta relação dadas, a fim de suprir estes problemas externos, fazem mais dívidas -; e o uso inadequado do cartão de crédito. A situação de endividamento, também, ocasiona em problemas psicológicos, como: “[...] maiores preocupações, desconforto, angústia, mágoa, constrangimento e vergonha, não conseguem obterem crédito e muitas vezes são cobrados por familiares por encontrarem-se nessa situação” (CAMPARA et al., 2016, p. 82).

Outros estudos, com professores municipais e com advogados, constataram que a falta de planejamento e de gerenciamento financeiro originam dívidas devido ao uso inadequado do crédito pessoal e a importância do status proveniente do meio social entre advogados - devido à valorização da aparência, indicando que possuem bens materiais e que são bem-sucedidos na profissão, características que estão relacionadas ao status (MOREIRA; CARVALHO, 2013; VILAIN; PEREIRA, 2013). Também, verifica-se que a ausência de educação financeira ocasiona o “[...] sofrimento emocional causado pelo descontrole financeiro [...]” (SCHUABB; FRANÇA, 2020, p. 89) e, por isso, consideram os autores, há a necessidade urgente do Estado, das instituições e das organizações de trabalho implementarem ações que visam educar a sociedade para que aprendam e sejam conscientes da importância da gestão financeira pessoal e, inclusive, se programem para a aposentadoria.

A relação entre educação financeira e variáveis sociodemográficas

Parte da atenção das investigações tem sido voltada à análise da educação financeira em relação a características sociodemográficas dos indivíduos. Pelos resultados de Vieira, Bataglia

e Sereia (2011), a escolaridade é apontada como uma das características determinantes, pois se verificou que as vivências em cursos superiores de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, proporcionaram mais capacitação financeira e a habilidade para realizar-se investimento no mercado financeiro aos estudantes concluintes dos cursos, em comparação aos estudantes dos primeiros anos dos cursos. Resultados similares foram identificados por Vieira, Junior e Protich (2019), na comparação de pessoas com ensino fundamental completo com aquelas que concluíram o ensino médio ou técnico: os que finalizaram apenas o ensino fundamental, têm baixa proficiência em educação financeira, em comparação a quem concluir o ensino médio ou técnico.

Observa-se, igualmente, a influência da idade no comportamento das pessoas em relação ao mercado de investimentos, no sentido de que a idade colabora no estabelecimento de confiança e predisposição para participar do mercado de investimentos (FELIPE; ERMEL; CASSIUS; MENDES-DA-SILVA, 2017; GASPAR, HENRIQUES; CORRENTES, 2020). Minella et al. (2017), em estudo com jovens na faixa etária de 18 a 34 anos, verificaram que os valores atribuídos ao dinheiro – por exemplo, o consumo para se alcançar satisfação com a realização de desejos e de metas – influenciam positiva e significativamente o endividamento deles. Em relação ao gênero, Andrade e Lucena (2018) e Potrich et al. (2014), verificaram que homens manifestaram maior entendimento financeiro em comparação às mulheres, o que se observou, do mesmo modo, nos resultados do estudo de Vieira, Junior e Protich (2019).

Por fim, classe socioeconômica e renda, também, se mostram estatisticamente significantes em sua relação com a falta de conhecimento financeiro, que origina o endividamento dos indivíduos de baixa renda (BIROCHI; POZZEBON, 2016). Indivíduos que se enquadram em uma classe social com mais ganhos financeiros ou em que a quantidade de pessoas na família é menor, há maior nível de conhecimento em gestão financeira (SILVA, G. O. et al., 2017).

Críticas em relação à educação financeira e ao modelo de sua implementação

No âmbito dos estudos críticos, julga-se que as estratégias de disseminação da educação financeira estejam associadas a uma visão de capitalismo manipulatório, com interesses infundidos nas propostas difundidas pelo Governo e por instituições públicas e privadas (RIBEIRO; LARA, 2016). Saleh e Saleh (2013) e Groenwald e Olgin (2018) contribuem com esta perspectiva ao enfatizarem que a implementação da educação financeira nas escolas deve favorecer os estudantes na aquisição de uma visão crítica sobre o sistema financeiro, não apenas para conhecer o ensino financeiro básico, que auxilia na gestão da renda pessoal ou familiar.

Leite (2017, p. 127) enfatiza que “[...] qualquer pauta em relação aos aspectos econômicos, como crédito, endividamento, poupança e investimento” resulta da justificativa de instituições públicas e privadas em defender a necessidade de disseminar a educação financeira, e promover a personificação do investidor ideal. Com isso, as ações de educação financeira diriam respeito a mecanismos pelos quais se busca ressignificar as práticas econômicas, na direção do consumo de produtos financeiros.

Nessa linha, considera-se que, pelos interesses privados envolvidos, os esforços em torno da promoção da educação financeira não se tratariam de ajudar a população a adquirir capacitação, haja vista que, dentre outros fatores, a instituição do conteúdo de educação financeira no currículo escolar não foi executado mediante a opinião e participação de cidadãos interessados (CUNHA, 2020). Saraiva (2017) aponta o sítio da Internet que veicula a ENEF, no qual se criou um tema chamado previdência, sendo que o assunto poderia estar incluído nos temas poupança, seguros ou, até mesmo, planejamento, mas preferiram destacá-lo, a fim de incentivar a adesão das pessoas à previdência privada. Portanto, Cunha (2020) e Saraiva (2017)

afirmam que a proposta da implementação da educação financeira no Brasil é direcionada para consumidores, e não para auxiliar os consumidores.

4.2 Medidas indicadas para induzir o fortalecimento e a expansão da educação financeira, no Brasil: contribuições e implicações geradas, e sugestões encaminhadas pelos autores

A discussão, nesta seção, das contribuições ou implicações geradas e sugestões encaminhadas pelos autores, está estruturada em torno das seguintes categorias: aprimoramento da implementação do plano nacional de educação financeira em escolas e universidades; fortalecimento do papel dos departamentos de recursos humanos, das organizações do trabalho, na disseminação da educação financeira aos seus empregados; e implementação de políticas públicas voltadas à educação financeira.

Aprimoramento da implementação do plano nacional de educação financeiras nas escolas e universidades

Uma das principais sugestões, consideradas na literatura sobre educação financeira, diz respeito ao aprimoramento da implementação do plano nacional nas escolas e universidades. Com isso, o direcionamento do ensino do gerenciamento financeiro pessoal deveria ser atribuído à área educacional, e não guiado a partir da visão idealizada pelos bancos (SARAIVA, 2017; SILVA, G. O et al., 2017). Para Dietrich e Braidó (2016), o tema da educação financeira deveria ser inserido como obrigatório, nas grades curriculares dos cursos de instituições de ensino superior; frisa-se a importância de que as pessoas adquiram habilidades relativas ao gerenciamento das finanças pessoais, pois, se considera, os brasileiros não sabem fazer um bom planejamento financeiro, no curto, médio e longo prazos, devido à falta da alfabetização financeira (CARRARO; MEROLA, 2018; SCHUABB; FRANÇA, 2020; SILVA, G. O et al., 2017).

Diversas são as ações sugeridas que têm por finalidade disseminar a educação financeira junto aos seus públicos-alvo (BUAES, 2015; CROCCO, 2019; DIETRICH; BRAIDO, 2016; GROENWALD; OLGIN, 2018; PEREIRA; CAVALCANTE; POTRICH, 2014; SANTOS et al., 2019; VIEIRA; JUNIOR; PROTICH, 2019). Considera-se necessário voltar-se a atenção a estudantes universitários que não tiveram contato com o ensino da gestão financeira pessoal, e necessitam de encorajamento para aprender o tema por meio de cursos extracurriculares, em um contexto em que as universidades também precisam ser impulsionadas para realizar programas que alcancem não apenas a comunidade interna, mas outras parcelas da sociedade. Também, considera-se a relevância de promover-se o debate sobre a educação financeira entre estudantes do ensino médio, grupos com baixa escolaridade e idosos, de forma que desenvolvam uma visão crítica sobre o assunto.

Parte dessas ações deveria ser desenvolvida por profissionais da área de educação financeira, os quais deveriam fazer o acompanhamento dos participantes após as capacitações, com a finalidade específica de evitar-se o endividamento das pessoas, além de possibilitar o acompanhamento do gerenciamento financeiro pessoal (CARRARO; MEROLA, 2018). Para Campara et al. (2016), é importante que os indivíduos com dificuldades financeiras busquem ajuda psicológica, dado que quando se sentem bem emocionalmente, conseguirão lidar com os problemas financeiros com mais facilidade.

De um modo geral, como indicam Silva et al. (2017) e Conto et al. (2015), enfatiza-se a necessidade de implementação de ações de educação financeira que contribuam para tornar as pessoas adultas conscientes sobre a necessidade da gestão financeira e capazes de administrar efetivamente suas finanças pessoais. As escolas teriam a responsabilidade de fornecer boa fundamentação na educação financeira aos alunos, e cursos sobre finanças pessoais que colaborem na mudança imediata do comportamento financeiro dos participantes.

Fortalecimento do papel dos departamentos de recursos humanos, das organizações do trabalho, na disseminação da educação financeira aos seus empregados

Também, há recomendações direcionadas ao papel dos departamentos de recursos humanos, das organizações. Para parte dos autores dos estudos examinados, as áreas de gestão de pessoas podem agir em prol da capacitação em educação financeira dos empregados e realizar ações por meio de ações de capacitação (cursos presenciais, *e-learning* e seminários) (BIROCHI; POZZEBON, 2016; CAMPARA et al., 2016; CONTO et al., 2015; FIGUEIRA; PEREIRA, 2014; MOREIRA; CARVALHO, 2013; OLIVEIRA; SANTANA, 2019; SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; SCHUABB; FRANÇA, 2020).

Implementação de políticas públicas voltadas à educação financeira

Outro conjunto de sugestões voltam-se a políticas públicas, como a criação de programas que incentivem a renegociação das dívidas, pelo entendimento de muitos indivíduos, realmente, não conseguem pagá-las sem um alongamento do prazo de pagamento (CAMPARA et al., 2016). Da mesma forma, a criação de um banco de dados no Brasil, similar ao *Survey of Consumer Finances* dos Estados Unidos, pois por meio dessa base é possível obter diversos elementos que podem auxiliar na melhoria da educação financeira como política pública (FELIPE et al., 2016).

Para uma parte dos autores dos estudos examinados (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019; SARAIVA, 2017; SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007), o plano nacional de capacitação em educação financeira no Brasil é avaliado como ainda básico e, por isso, deve ser cumprido conforme suas diretrizes para a disseminação de conhecimentos e informações sobre a educação financeira.

5 CONCLUSÃO E CONTRIBUIÇÕES

Por meio do estudo, pretendeu-se realizar a revisão sistemática da literatura nacional sobre educação financeira, com a finalidade de colocar em evidência os principais resultados gerados pelas pesquisas. Primeiro, observa-se que a atenção do campo de estudos tem se voltado, em especial, à compreensão dos efeitos ou conseqüentes da educação financeira, bem como da ausência desta. As investigações com essa perspectiva apontam para a relevância de atividades de aprendizagem da educação financeira – como cursos de curta duração, programas de educação corporativa e disciplinas de cursos superiores – para a aquisição dos conhecimentos, habilidades e formas de pensar e de agir, em relação às finanças pessoais, em consonância com a ENEF (BRASIL, 2020).

Segundo, os resultados da revisão da literatura nacional sobre educação financeira sinalizam a busca por um entendimento mais aprofundado quanto à relação entre o nível de educação financeira das pessoas e suas características sociodemográficas, como idade, gênero, escolaridade, renda e classe socioeconômica. As pesquisas mostram que tais elementos possuem alguma relação com os tipos de conhecimento que possuem e com a forma pela qual as pessoas agem em relação às suas finanças pessoais, e como se comportam quando consomem produtos financeiros como investimentos.

Terceiro, observa-se que parte dos esforços de investigação, no campo da educação financeira, estão direcionados à compreensão do fenômeno por uma perspectiva crítica. Por tal abordagem, questiona-se até que ponto as pessoas serão beneficiadas de modo efetivo por um modelo de disseminação da educação financeira que não leve em conta a possibilidade de aquisição, pelos indivíduos, de uma visão crítico-analítica em relação ao sistema financeiro (seus principais atores e interesses) e aos elementos mercadológicos subjacentes ao consumo de produtos financeiros.

Os resultados secundários, oriundos desta pesquisa, mostram-se na forma de medidas indicadas para induzir o fortalecimento a expansão da educação financeira, no Brasil, conforme contribuições e implicações geradas pelos estudos examinados, e sugestões formuladas pelos autores destes. Observam-se três eixos de ações, quais sejam: o aprimoramento da implementação do plano nacional de educação financeiras nas escolas e universidades; o fortalecimento do papel dos departamentos de recursos humanos, das organizações do trabalho, na disseminação da educação financeira aos seus empregados; e a implementação de políticas públicas voltadas à educação financeira.

Tais resultados proporcionam contribuições que se encaminham tanto às investigações do fenômeno quanto à sua prática. Para a compreensão mais aprofundada dos facilitadores e barreiras à adoção de comportamentos baseados na educação financeira, é preciso ter-se em consideração de que forma características sociodemográficas mostram-se como condições para as atitudes das pessoas em relação às suas finanças pessoais. Os resultados advindos de estudos com tal enfoque, por sua vez, mostram-se relevantes à formulação de programas e ações de disseminação da educação financeira baseada nos elementos característicos dos públicos-alvo, não apenas para a determinação dos conteúdos, mas, também, para o desenho das estratégias e métodos de ensino e aprendizagem.

Os resultados oriundos da revisão da literatura trazem, igualmente, implicações para o contexto educacional. Tendo-se em vista a ênfase conferida às ações no âmbito de escolas e de universidades, em alinhamento Saraiva (2016), observa-se que o estágio de desenvolvimento do sistema de educação financeira, no Brasil, é oportuno para que estas instituições participem de ativo na definição de um modelo – ou modelos – de educação financeira que seja promotor da formação de pessoas autônomas e críticas em relação aos discursos, por ora, institucionalizados.

Tal perspectiva estende-se aos departamentos de gestão de pessoas ou de recursos humanos das organizações do trabalho, uma vez que representam mais do que públicos-alvo da educação financeira. Tais organizações representam a principal fonte de renda da maior parte das pessoas que nelas trabalham e, nesse sentido, a inserção de ações de educação financeira nos programas de educação corporativa pode representar um benefício valorizado pelos empregados, na medida em que os auxiliar a resolver problemas relativos às finanças pessoais e ao orçamento doméstico, e a tomar decisões em relação ao planejamento financeiro pessoal e familiar.

Com base no exposto, sugerem-se novos estudos que explorem as relações dos atores do sistema brasileiro de educação corporativa, por exemplo, pela óptica da teoria da agência, de forma a evidenciar os conflitos de interesse latentes existentes. Por essa abordagem, acredita-se, poder-se-ia incentivar a discussão acerca dos papéis e atribuições dos diversos públicos de interesse desse sistema, com a finalidade de aprimorar o modelo que se intenta implementar. Também, são sugeridas novas investigações, na forma de estudos de caso, que explorem iniciativas bem-sucedidas empreendidas por instituições de ensino e de organizações do trabalho, que sejam coerentes com a perspectiva de uma educação financeira emancipadora.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação Financeira: Uma Análise de Grupos Acadêmicos. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018. <<https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2018v18n49p103-121>>.
- B3. **Histórico pessoas físicas**. 2020. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/historico-pessoas-fisicas/. Acesso em: 26 jul. 2020.

BIROCHI, R.; POZZEBON, M. Improving financial inclusion: Towards a critical financial education framework. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 3, p. 266-287, 2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020160302>>.

BRASIL. **Decreto Nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. **Vida e dinheiro**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BUAES, Caroline Stumpf. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 2015, v. 40, n. 1, p. 105-127. <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623646496>>.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; COSTA, V. M. F.; FRAGA, L. S. O dilema dos inadimplentes: antecedentes e consequentes do “nome sujo”. REMark. **Revista Brasileira de Marketing**, 2016, v. 15, n. 1, p. 71-85. <<http://dx.doi.org/10.5585/remark.v15i1.2941>>.

CARRARO, W. B. W. H.; MEROLA, A. Percepções Adquiridas numa Capacitação em Educação Financeira para Adultos. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 19, n. 1, p. 414-435, 2018. <<http://dx.doi.org/10.21714/2178-8030gep.v19.4711>>.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

CONTO, S. M.; FALEIRO, S. N.; FÜHR, I. J.; KRONBAUER, K. A. O Comportamento de Alunos do Ensino Médio do Vale do Taquari em Relação às Finanças Pessoais. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 8, n. 2, p. 182-206, 2015.

COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 57-74, 2013.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-14, 2020. <<https://doi.org/10.1590/es.218463>>

DIETRICH, J.; BRAIDO, G. M. Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: Um Estudo com Alunos dos Cursos de Especialização de uma Instituição de Ensino Superior. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 29-52, 2016.

FecomercioSP. **Famílias paulistanas mais endividadas em dezembro**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/familias-paulistanas-mais-endividadas-em-dezembro>. Acesso em: 01 dez. 2020.

FELIPE, J. S.; ERMEL, M. D. A.; CASSIUS, L. F. P.; MENDES-DA-SILVA, W. Efeito de Crise Econômica sobre Escolhas de Ativos para Investimentos Pessoais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. Edição Especial FCG, p. 84-109, 2017. <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160087>>.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 12, n. 2, 2013. <<https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2013V12N2ART808>>.

GASPAR, R. M.; HENRIQUES, P. L.; CORRENTE, A. R. Confiança nos mercados financeiros: o papel do elemento humano. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, n. 3, p. 647-668, 2020. <<https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i3.4072>>.

GROENWALD, C. L. O.; OLGIN, C. A. Educação financeira no currículo de matemática do ensino médio. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 11, n. 2, 2018. <<https://doi.org/10.3895/rbect.v11n2.8433>>.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

KAISER, T.; MENKHOFF, L. Financial education in schools: A meta-analysis of experimental studies. **Economics of Education Review**, v. 78, p. 1-15, 2018. <<https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2019.101930>>.

LEITE, E. S. A ressignificação da figura do especulador-investidor e as práticas de educação financeira. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p. 114-130, 2017. <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.1.24446>>.

MEDEIROS, F. S. B.; LOPES, T. A. M. Finanças pessoais: um estudo com alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 7, n. 2, p. 221-251, 2014.

MINELLA, J. M.; BERTOSSO, H.; PAULI, J.; CORTE, V. F. D. A Influência do Materialismo, Educação Financeira e Valor Atribuído ao Dinheiro na Propensão ao Endividamento de Jovens. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 18, n. 1, p. 182-201, 2017. <<https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v18.4257>>.

MOREIRA, R. C.; CARVALHO, H. L. F. S. As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de campo Formoso - BA: Um estudo na Escola José de Anchieta. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 122-137, 2013.

OECD. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Trabalhando com o Brasil**. Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/brazil/Active-with-Brazil-Port.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

OECD. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving financial education effectiveness through behavioural economics**. Rússia, 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECDImproving_Fin_Ed_effectiveness_through_Behavioural_Economics.pdf. Acesso em: 27 mai. 2020.

OECD. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financialeducation/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm>. Acesso em: 27 mai. 2020.

OLIVEIRA, S. F.; SANTANA, P. M. Financial Education at Workplace. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 123-149, 2019. <<http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v13i1.27693>>.

PAIVA, J. T. **O Segredo da Educação Financeira: Incrível Guia de Planejamento e Controle Financeiro**. Joinville: Clube de Autores, 2013.

PEREIRA, F.; CAVALCANTE, A. e CROCCO, M. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade [online]**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 541-561, 2019. <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art10>>.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CAMPARA, J. P.; FRAGA, L. D. S.; SANTOS, L. F. O. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 109-129, 2014.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 340-359, 2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.072>>.

SALEH, A. M; SALEH, P. B. O. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educação em Revista**, v. 29, n. 4, p. 189-214, 2013. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982013000400009>>.

SANTOS, A. C. D.; GARCIA, E. L. M.; FAIA, V. S.; SANTOS, A. M. F. D. Finanças Pessoais: Um Estudo com Acadêmicos sob a Abordagem da Teoria da Contabilidade Mental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 24, n. 1, p. 90-111, 2019.

SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, n. 66, 2017. <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867>>.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública [online]**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>>.

SHUABB, T. C.; FRANÇA, F. H. F. P. Planejamento Financeiro para a Aposentadoria: Uma Revisão Sistemática da Literatura Nacional sob o Viés da Psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 73-98, 2020. <<https://doi.org/10.12957/epp.2020.50791>>.

SILVA, G. O.; SILVA, A. C. M.; VIEIRA, P. R. C.; DESIDERATI, M. C.; NEVES, M. B. E. D. Alfabetização Financeira versus Educação Financeira: Um Estudo do Comportamento de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 279-298, 2017.

SILVA, T. P.; MAGRO, C. B. D.; GORLA, M. C.; NAKAMURA, W. T. Financial Education Level of High School Students and its Economic Reflections. **RAUSP Management Journal**, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 285-303, 2017. <<http://dx.doi.org/10.1016/j.rausp.2016.12.010>>.

SPC Brasil. **O Conceito do Endividamento e as Consequências da Inadimplência.**, 2016. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

URBAN, C.; SCHMEISER, M.; COLLINS, J. M.; BROWN, A. The effects of high school personal financial education policies on financial Behavior. **Economics of Education Review**, v. 78, p. 1-12, 2018. <<https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2018.03.006>>.

VIEIRA, K. M.; JUNIOR, F. J. M.; POTRICH, A. C. G. Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019. <<https://doi.org/10.1590/es0101-73302018182568>>.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da Unimep**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

VILAIN, J. S. B.; PEREIRA, M. F. O impacto do status no planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com os advogados de Florianópolis, Santa Catarina. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 14, n. 3, p. 470-488, 2013.

VOSGERAU, S. R. D.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e Metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. <<http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>>.

XIAO, J. J.; O'NEILL, B. Consumer financial education and financial capability. **International Journal of Consumer Studies**, Estados Unidos da América, v. 40, p. 712-721, 2016. <<https://doi-org.ez34.periodicos.capes.gov.br/10.1111/ijcs.12285>>.

XIAO, J. J.; PORTO, N. Financial education and financial satisfaction: financial literacy, behavior, and capability as mediators. **International Journal of Bank Marketing**, v. 35, n. 5, p. 805-817, 2017. <<http://dx.doi.org/10.1108/IJBM-01-2016-0009>>.